

Relatório de Monitoramento das Metas e Ações do Plano Municipal de Assistência Social – Reserva/PR

Período de referência: 2025

O presente relatório tem como finalidade apresentar a análise dos eixos estratégicos do Plano Municipal de Assistência Social de Reserva/PR, com base nos quadros 3 a 7, que contemplam metas, ações, situação de execução, recursos utilizados, impactos percebidos e propostas de adequação. Essa sistematização visa subsidiar o monitoramento da política, a tomada de decisões e o planejamento das ações para a construção do novo plano quadrianual que estará vigente de 2026 a 2029.

Este monitoramento foi realizado por trabalhadores do SUAS e conselheiros do CMAS em reunião realizada em 25 de julho de 2025.

Estavam presentes: Regina da Silva Reifur - técnico na gestão, Samela Martins - advogada do CREAS, Priscila Telchinski - educadora social, Adriele Sibelski - CMDM e Departamento da Mulher, Família, Pessoa com Deficiência e Idosa, Pamela Kout - Assistente Social no CRAS Volante, Carina Baron - Conselheira do CMAS, Daiane Chechelaque - Conselheira do CMAS

2. Proteção Social Básica – Quadro 3

Avanços:

- O PAIF e o SCFV estão parcialmente consolidados como instrumentos de prevenção às situações de risco.
- A atuação da equipe volante na zona rural foi considerada uma ação efetiva para ampliar o acesso a serviços em territórios mais vulneráveis.

Desafios:

- A Proteção Social Básica no domicílio ainda não foi executada, o que fragiliza o atendimento de pessoas com mobilidade reduzida e idosos isolados.
- O SCFV voltado a idosos enfrenta baixa adesão, com dificuldades relacionadas à locomoção e à aceitação por parte das famílias.
- A parceria com o terceiro setor apresenta entraves, com resistência da entidade atual e subutilização do espaço disponível.

Propostas de Adequação:

- Construção de documento técnico que fundamente a execução da PSB no domicílio. Readequação do SCFV com ações itinerantes, sensibilização comunitária e oferta de transporte.
Estabelecimento de novos parâmetros de parceria com a sociedade civil.

3. Proteção Social Especial – Quadro 4

Avanços:

- O PAEFI e as Medidas Socioeducativas possuem execução regular e qualificada.
- Houve formulação de lei para o programa de Guarda Subsidiada e avanços na organização da Política para Mulheres.

Desafios:

- O Serviço de Abordagem Social e a Proteção Especial para pessoas com deficiência e idosos ainda não foram estruturados.
- O Programa Família Acolhedora avança timidamente na sensibilização da população. A operacionalização da Guarda Subsidiada ainda não ocorreu, mesmo após a sanção da lei.

Propostas de Adequação:

- Construção de documento técnico sobre os serviços ainda não executados.
- Campanhas periódicas e contínuas de divulgação do Família Acolhedora.
- Reorientação sobre o objetivo dos serviços de acolhimento e foco na prevenção da ruptura de vínculos.

4. Gestão do SUAS – Quadro 5

Avanços:

- Composição da equipe mínima conforme NOB-RH/SUAS foi atingida.
- A Vigilância Socioassistencial foi implantada e conta com profissional específico.
- Foi garantida a manutenção da estrutura de funcionamento da gestão do SUAS, apesar de desafios administrativos.

Desafios:

- A Política de Capacitação ainda não foi formalizada, sendo necessário um plano contínuo.

- Os fóruns de trabalhadores não têm gerado mobilização suficiente para avançar na construção do PCCS.
- A estrutura do órgão gestor encontra-se fragilizada pela absorção de outras pastas, prejudicando a identidade e a centralidade da Assistência Social.
- Ainda não foi realizado o seminário sobre parcerias com OSCs através da MROSC.

Propostas de Adequação:

- Instituir Comissão de Educação Permanente e elaborar o Plano de Capacitação.
- Elaborar diagnóstico participativo sobre PCCS.
- Rever a estrutura organizacional e estabelecer critérios para parcerias com o terceiro setor, mostrando ao Poder Executivo até onde vai a cobertura socioassistencial e em quais nichos uma OCS poderia atuar, gerando proteção social e crescimento do setor

5. Controle Social – Quadro 6

Avanços:

- A Lei do SUAS foi sancionada e normativas de benefícios eventuais foram atualizadas.
- Há previsão orçamentária para manutenção dos conselhos e conferências.
- Avanços na adesão ao uso do SINAN na identificação de violências.

Desafios:

- Os conselhos da Pessoa com Deficiência e LGBTQIA+ ainda não foram implantados.
- A estrutura de apoio aos conselhos divide espaço com setores técnicos, comprometendo o funcionamento adequado.
- O plano de enfrentamento de calamidades não foi elaborado coletivamente.
- O monitoramento dos planos de assistência social ocorre de forma descontinuada.

Propostas de Adequação:

- Atualizar a Lei nº 1360 em relação ao Conselho Tutelar.
- Garantir estrutura física e equipe dedicada ao apoio dos conselhos.
- Promover ações intersetoriais permanentes para enfrentamento das violências.
- Criar fluxo sistemático de monitoramento dos planos.

6. Benefícios Eventuais – Quadro 7

Avanços:

- Foi assegurada a previsão orçamentária para concessão dos benefícios via cartão magnético, conforme critérios estabelecidos.
- Nova regulamentação deve ser construída junto ao CMAS.

Desafios:

- Não há dados sistematizados sobre demanda reprimida, o que dificulta o monitoramento da meta de atendimento de 70% da demanda.
- Existe risco de descontinuidade nos benefícios por lapsos licitatórios.

Propostas de Adequação:

- Estabelecer rotinas de levantamento da demanda reprimida.
- Planejar licitações com antecedência e garantir continuidade dos serviços com previsão em lei e no PPA/LOAS.

7. Considerações Finais

A análise dos quadros evidencia avanços importantes na consolidação dos serviços e benefícios socioassistenciais no município de Reserva-PR. Contudo, permanece o desafios na complexidade da execução das ações de gestão e controle social.

A execução das propostas de adequação apresentadas neste relatório poderá ser utilizada como parâmetro para o PMAS 2026-2029.

QUADRO 3 - METAS E AÇÕES - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetivo Específico	Meta	Situação	Recursos Utilizados	Impactos Percebidos	Proposta de Adequação
1. Prevenir situações de risco por meio do fortalecimento de vínculos	Meta 1: Ofertar PAIF, SCFV, e atendimento domiciliar	Parcialmente ofertado - PSB no domicílio não executado	Recursos humanos do CRAS e FMAS na execução do PAIF e SCFV	Ampliação quali quantitativa no atendimento e acompanhamento de PAIF. Reorganização do SCFV,	Construir documento técnico sobre as condições de execução do PBS no domicílio
	Meta 2: Ofertar SCFV com ampliação para idosos e suas famílias	Parcialmente ofertado	FMAS, equipes da PSB; espaços físicos existentes	Dificuldades na adesão de famílias devido à locomoção, aceitação e distância	Repactuar a ação excluindo o PAEFI da proposta; intensificar estratégias de mobilização (agentes comunitários, lideranças locais, ações itinerantes); avaliar horários e formatos das rodas de conversa. Repactuar a realização do fórum dos usuários para ocorrer de forma semestral, alinhando à construção gradativa da ocupação dos espaços democráticos a partir do Trabalho Social com Famílias (TSF) reflexivo desenvolvido pelos técnicos.

2. Organizar os serviços com equipe volante na zona rural	Meta 1: Ofertar PAIF via equipe volante	Atingido	FMAS, equipe móvel, apoio intersetorial	Ampliação do acesso em áreas distantes; maior visibilidade dos serviços	Manter e expandir a atuação volante com frequência regular e monitoramento das famílias atendidas
3. Fortalecer o terceiro setor para oferta de serviços comunitários a idosos	Meta 1: Atividades com 100 idosos/semana em associação	Não atingido	FMAS e FMDPI; parceria com a Associação São Vicente de Paula	Espaço subutilizado; resistência da entidade à ampliação de perfil de atuação	Rever parceria; estabelecer termo de cooperação com cláusulas específicas; buscar novo espaço comunitário de uso compartilhado com controle da Assistência Social

QUADRO 4 - METAS E AÇÕES - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Objetivo Específico	Meta	Situação	Recursos Utilizados	Impactos Percebidos	Proposta de Adequação
1. Garantir serviço para atendimento a famílias e indivíduos com direitos violados	Meta 1: Ofertar PAEFI, Serviço de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa, além de serviços para pessoas com deficiência e idosos	Parcialmente ofertado - Abordagem não realizada e PSE para pessoas com deficiência e idosos não ordenado.	Equipe técnica do CREAS, sede do equipamento, recursos do cofinanciamento federal e estadual	Houve qualificação da oferta de PAEFI e MSE. A equipe já pode refletir sobre abordagem e PSE para pessoas com deficiência e idosos	Construir documento técnico sobre as condições de execução dos serviços não executados
2. Fortalecer e aprimorar o serviço do PAEFI para abordagem de temas relacionados à violência intrafamiliar e violência doméstica	Meta 1: Atender, orientar 100% das mulheres que são encaminhadas para os serviços de proteção social especial	Parcialmente ofertado	FMAS, equipes da PSB, espaços físicos existentes, CREAS, Secretaria da Mulher	Atendimento mais humanizado, vínculo fortalecido com a rede da mulher	Ampliar articulação com saúde, segurança pública e Poder Judiciário para garantia de fluxo adequado

	Meta 2: Promover parcerias com as políticas intersetoriais para atuarem em conjunto de forma planejada para tratar da política da mulher	Em andamento, com avanços significativos, decorrente da organização da Política local da Mulher	Comissão da mulher, rede de apoio, conselhos, FMAS	Avanço na transversalidade e no reconhecimento das especificidades das mulheres	Formalizar pactuações e definir fluxos de atendimento conjuntos
3. Garantir os serviços de proteção integral a famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça	Meta 1: Ofertar 50% de vagas para atender as necessidades de acolhimento para idosos no município através de parceria com organizações sociais	É preciso repensar esta meta e focar na prevenção da ruptura de vínculos familiares e comunitários, mas manter articulação com a ILPI no município	ILPI conveniada, recursos próprios e estaduais	As vagas disponíveis são insuficientes diante da demanda; há fragilidades no acompanhamento prévio	Reorientar a meta para fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários com foco na prevenção e uso eventual de acolhimento
	Meta 2: Estabelecer convênio para acolhimento provisório de mulheres em situação de risco de morte ou ameaça	Atingido	Recurso do FMAS, parcerias locais, apoio da rede da mulher	Mulheres em risco acolhidas com segurança e sigilo	Fortalecer protocolos e ampliar possibilidades regionais de acolhimento
	Meta 3: Formulação e execução de um plano de divulgação do Programa Família Acolhedora. Ampliação para 05 famílias credenciadas e habilitadas para acolher crianças e adolescentes	Parcialmente atingido. Identificou-se que os planos de divulgação precisam ser periódicos e buscar novas estratégias para sensibilização. A meta de 05 famílias permanece, considerando o porte do município	Recursos municipais, equipe técnica, apoio do CMDCA	Baixa adesão da comunidade à proposta, mas maior visibilidade do programa	Estabelecer calendário fixo de ações de sensibilização e envolver escolas, igrejas e lideranças comunitárias

	Meta 4: Implementar, através de lei, o programa de Guarda Subsidiada para famílias extensas que tiverem sob guarda crianças e adolescentes, para no máximo 10 famílias anualmente	Lei sancionada, entretanto nenhuma criança/adolescente foi inserida ainda	Lei Municipal nº xxx/2024, articulação com o Judiciário e Ministério Público	Normatização do instrumento alcançada, mas falta articulação operacional	Estabelecer fluxo com Judiciário e MP para efetivação das concessões e divulgar junto à rede
QUADRO 5 - METAS E AÇÕES - GESTÃO DO SUAS					
Objetivo Específico	Meta	Situação	Recursos Utilizados	Impactos Percebidos	Proposta de Adequação
1. Fortalecer e consolidar o SUAS como sistema de proteção social	Meta 1: Compor equipe conforme NOB-RH/SUAS	Atingido	Cofinanciamento federal, estadual e municipal; FMAS; critérios da NOB-RH	Melhoria na qualidade do atendimento, continuidade dos serviços e redução da sobrecarga	Manter equipe mínima conforme NOB-RH e revisar composição conforme necessidade
	Meta 2: Estabelecer política de capacitação contínua	Em construção	Recursos municipais; apoio de instituições de ensino; formações estaduais	Realização de capacitações pontuais, mas sem sistematização	Instituir Comissão de Educação Permanente e elaborar Plano Municipal com cronograma anual
	Meta 3: Estudo sobre Plano de Cargos e Carreiras (PCCs)	Não atingido	Equipe técnica da gestão, setor de RH, sindicato da categoria	Baixa adesão dos trabalhadores e desconhecimento técnico	Realizar diagnóstico participativo sobre condições de trabalho e mobilizar trabalhadores
	Meta 4: Adequar estrutura organizacional do órgão gestor	Parcialmente atingido	Estrutura administrativa municipal, legislação do SUAS	Acumulo de funções e enfraquecimento da centralidade do SUAS	Desmembrar pastas não afins à assistência social e fortalecer a identidade do órgão gestor

2. Fortalecer as OSCs para ampliar oferta de serviços	Meta 1: Realizar seminários e capacitações sobre novo regime jurídico das parcerias	Não realizado	Nenhum recurso alocado ainda	OSCs desinformadas sobre marcos legais e baixa adesão a parcerias	Planejar evento formativo com recursos do FMAS e equipe técnica capacitada sobre MROSC
3. Fortalecer a Vigilância Socioassistencial	Meta 1: Implantar a Vigilância Socioassistencial na rede	Atingido	Profissional exclusivo, equipe da gestão, recursos municipais	Integração de dados e maior capacidade de análise territorial	Garantir manutenção da equipe e equipamentos adequados
	Meta 2: Manter equipe técnica para execução da VSA	Atingido	Recursos municipais, apoio técnico da gestão	Continuidade dos registros e análise permanente	Priorizar produtos da VSA
	Meta 3: Divulgação dos serviços ofertados pelo SUAS	Parcialmente atingido	Recursos locais, apoio da comunicação da prefeitura	Divulgação incompleta e risco de interpretações ambíguas	Desenvolver plano de comunicação com linguagem clara e orientada ao público-alvo
QUADRO 6 - METAS E AÇÕES - CONTROLE SOCIAL					
Objetivo Específico	Meta	Situação	Recursos Utilizados	Impactos Percebidos	Proposta de Adequação
1. Ampliar a participação da sociedade na formulação e controle da política de assistência social	Meta 1: Manter e aprimorar a estrutura material e humana do Conselho Tutelar	Fora da competência direta da pasta	-	-	-
	Meta 2: Promover funcionamento dos conselhos, garantir orçamento e implantar conselhos da Pessoa com Deficiência e LGBTQIA+	Parcialmente atingido	Servidor técnico-administrativo, orçamento parcial, FMAS	Funcionamento dos conselhos existentes; conselhos PCD e LGBTQIA+ ainda inexistentes	Atualizar Lei 1360, fortalecer equipe de apoio técnico e garantir sede independente da Gestão e VSA

	Meta 3: Promover cumprimento das legislações, regulamentar Benefício Eventual, Família Acolhedora e Guarda Subsidiada	Atingido	Equipe técnica da gestão, FMAS, Câmara de Vereadores, Gabinete do Prefeito	Normativas atualizadas e serviços regulamentados conforme legislação vigente	Manter atualizações periódicas com base nas normativas federais e estaduais
	Meta 4: Construção de Plano Intersetorial para situações de calamidade e emergência	Não atingido	Gestão do SUAS, Defesa Civil, saúde, educação	Ausência de diretrizes específicas para atuação conjunta em emergências	Elaborar Plano Intersetorial com participação das políticas públicas e da sociedade civil

QUADRO 7 - METAS E AÇÕES - BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Objetivo Específico	Meta	Situação	Recursos Utilizados	Impactos Percebidos	Proposta de Adequação
1. Garantir o direito do cidadão à segurança de renda afiançada em lei, provendo o mínimo social e atendendo às necessidades básicas da família e do indivíduo.	Meta 1: Atender 70% da demanda que necessita de Benefício Eventual	Não há dados sistematizados para aferir o alcance da meta, pois a demanda reprimida não aparece claramente nos registros	Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social; equipe técnica para análise de concessões; sistema de protocolo	Atendimentos realizados, porém sem base comparativa que permita avaliar a cobertura; risco de subatendimento	Implantar sistematização de dados e indicadores de demanda reprimida para subsidiar planejamento; padronizar fluxos de registro e análise
	Meta 2: Previsão orçamentária para fornecimento de cartões magnéticos para transferência de renda conforme critérios estabelecidos no programa para atender no mínimo 200 famílias	Atingido, com ressalvas: há períodos de descontinuidade entre contratos licitatórios, o que impacta negativamente os usuários	Recursos do FMAS; processo licitatório para contratação de empresa de cartões.	Garantiu acesso mais rápido e direto ao benefício; maior dignidade ao usuário; mas houve interrupções no fornecimento. E percebeu-se que o cartão não é para 100% dos usuários.	Revisar o fluxo licitatório para evitar lacunas entre contratos; construir nova regulamentação com o CMAS conforme nova legislação e diretrizes atualizadas

